



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

VIVIANE DE FÁTIMA AQUINO

**EM BUSCA DA “PARAIBANIDADE”: CELSO MARIZ E A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SERTANEJA EM
*ATRAVÉS DO SERTÃO***

CAMPINA GRANDE- PB

2016

VIVIANE DE FÁTIMA AQUINO

**EM BUSCA DA “PARAIBANIDADE”: CELSO MARIZ E A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SERTANEJA EM
*ATRAVÉS DO SERTÃO***

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Graduação em História da
Universidade Estadual da Paraíba.
Área de concentração: História**

Orientadora: Profa. Dra. Luíra Freyre Monteiro

CAMPINA GRANDE

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A657e Aquino, Viviane de Fátima
Em busca da "paraibanidade" [manuscrito] : Celso Mariz e a construção da identidade sertaneja em Através do Sertão / Viviane de Fátima Aquino. - 2016.
43 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Luira Freyre Monteiro, Departamento de História".

1. Identidade. 2. Paraibanidade. 3. Sertão. I. Título.
21. ed. CDD 907.02

VIVIANE DE FÁTIMA AQUINO

**EM BUSCA DA "PARAIBANIDADE": CELSO MARIZ E A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SERTANEJA EM
ATRAVÉS DO SERTÃO**

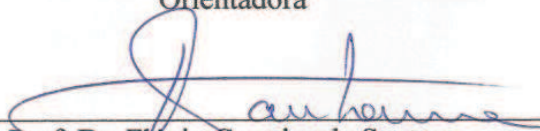
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Graduação em História da
Universidade Estadual da Paraíba.
Área de concentração: História

Aprovada em: 11/05/2016.

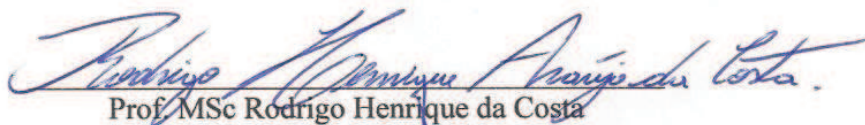
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Luíra Freire Monteiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Orientadora



Prof. Dr. Flavio Carreiro de Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinador



Prof. MSc Rodrigo Henrique da Costa
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Examinador

Aos meus pais e irmão, com todo amor e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois creio e sei que Ele sempre esteve e estará ao meu lado me dando força e discernimento.

Aos meus familiares, em especial meus pais e irmão, que mesmo longe me proporcionam imensas alegrias.

À professora e orientadora Luíra Freyre Monteiro, que sempre acreditou em meu potencial.

Aos amigos especiais que o curso de história me presenteou, e que levarei para sempre em meu coração: Wellerson Almeida e Marinês Cavalcante.

Aos demais colegas de curso, que me proporcionaram imensas alegrias nas manhãs destes últimos e inesquecíveis anos: Arthur, Amanda, Edimar, Viviane, Manoel, Flávia, Leonardo, Ítalo, Vercauterén e Wendel.

A todos os professores que passaram por minha trajetória acadêmica, contribuindo para o meu aprendizado.

Enfim, agradeço a todos que fizeram parte dessa etapa decisiva da minha vida.

“Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o lugar. Viver é muito perigoso...”

Guimarães Rosa

Resumo

Os estudos sobre criação identitária na Paraíba que focalizam a retórica dos historiadores do IHGP partem da proposição de que a paraibanidade é fruto da conquista colonial, e tomam como pressuposto o espaço litorâneo, quando do processo de conquista do território da capitania real. A fundação da cidade de Filipéia de Na. Sa. das Neves e os acontecimentos nela havidos teria sido, assim, o epicentro da própria capitania, atuando como palco e como agente da simbologia identitária do paraibano. Tal enfoque, necessário dizer, obnubla as variadas frentes de colonização em ocorrência pelo interior da capitania na simbologia da criação identitária local, reforçando a cisão litoral/sertão tão presentes no pensamento social brasileiro do século XX, ancorados na dicotomia moderno/arcaico. Não obstante, é inegável ter sido a interiorização da capitania e da colonização do sertão temas demasiado importantes na constituição da narrativa daqueles historiadores, o que nos leva a indagar se a identidade paraibana teve sua criação fomentada na historiografia a partir, também, das demais microrregiões, consideradas sertões. Portanto, nossa investigação se pauta nos escritos de Celso Mariz em sua obra "Através do Sertão", buscando compreender se as personalidades condutoras da formação da sociedade do interior da Paraíba não se constituiriam como tipos capazes de qualificar a identidade em criação e se o paraibano do interior seria apenas um reflexo de uma identidade criada a partir de um arcabouço histórico da ocupação colonial litorânea. Buscamos entender, em Mariz, se sua retórica escamoteia a tentativa de acrescer um lugar para si, o encaixe do "sertanejo" no mosaico identitário paraibano, fazendo emergir de seu texto a sensibilidade autoral ao representar seu próprio lugar.

Palavras-chave: Identidade. Paraibanidade. Sertão.

ABSTRACT

The studies concerning the identity creation in Paraíba that focused the rhetoric of the IHGP historians comes from the proposition that the paraibanidade is a fruit of the colonial conquer, and it takes like presupposition the coastal space, when talking about the conquer process of the real captaincy. The foundation of Filipéia de Na.Sa.dasNeves and the events occurred in it would be, thus, the epicenter of the own captaincy, acting like a stage and like agent of the symbology identity of the paraibano. This approach, it's necessary to say, clouds the varied fronts of the colonization in occurring throughout the interior of the captaincy concerning the symbology of the local identity creation, reinforcing the division litoral/sertão that it's to present in the brazilian social thought of the XX, anchored in the dichotomy modern/archaic. Despite, it's undeniable that the captaincy internalization and the colonization of the sertão have been very important themes in the constitution of these historians narrative, something that make us ask if the paraibana identity had its creation fomented in the historiography through the other micro regions, considered sertão. So, our investigation is based in the writings of Celso Mariz in his work "Between the Sertão", searching to comprehend if the conductive personalities of the formation of the Paraíba interior society not constituted themselves like types capable of qualify the identity in creation and if the interior paraibano would be just a reflex of an identity built from the historic outline of the colonial litoranea occupation. We try to understand, in Mariz if his rhetoric shows an attempt to add a place to him, the fit of the "sertanejo" in the identity paraibano mosaic, making from his text to emerge an authorial sensitive when representing his own place.

Key-words: Identity, Paraibanidade, Sertão.

LISTA DE SIGLAS

IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo 1	14
A criação historiográfica de um povo único	14
Capítulo 2	24
A representação identitária do sertão e do sertanejo na ótica nacional e a dicotomia Litoral X Sertão	24
Capítulo 3	30
Paraibano e sertanejo: Mariz e sua trajetória singular	30
3.1. A obra Através do Sertão	33
Capítulo 4	35
O discurso construtor da singularidade do sertanejo paraibano em “Através do sertão”	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	43

Introdução

Os estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano são unânimes em afirmar ter surgido no seio daquela instituição a ideia de uma história local marcada pela construção de uma identidade capaz de provar que os paraibanos, em si, possuíam particularidades capazes de definir sua identidade como povo único, singular¹. Os intelectuais atrelados a este Instituto se propuseram a construir uma história da Paraíba digna de tamanha importância que a mesma se mostrava merecedora, distanciando-se da mera citação nos relatos da história nacional ou do papel de complemento histórico do vizinho Pernambuco.

Para tal fim, foi necessário escolher e separar os principais fatos e personagens de sua história para, assim, construir uma narrativa onde se sobrelevasse a identidade local, a nominada “Paraibanidade”. Uma história escrita por paraibanos para ser consumida pela população paraibana, marcada por estratégias discursivas que se debulhava em nomes, datas, acontecimentos, espaço físico e até mesmo composição étnica, enfatizando os diferentes e obliterando o comum, como forma de proporcionar o enaltecimento capaz de atender aos objetivos do IHGP.

Tal produção, a despeito dos méritos de sua proposta, entretanto, enfatizava uma história relativamente restrita aos grandes feitos e acontecimentos ocorridos especificamente na região litorânea da capitania, dividindo, mesmo sem o perceber, a Paraíba em dois eixos: o dos grandes acontecimentos determinantes para o estabelecimento do lugar (a sociedade do litoral, dos engenhos, da cana de açúcar e do poder político e civilizacional) e outro que foi criado quase como um

¹Dentre estes podemos citar DIAS, Margarida Maria S. **Intrépida ab origine. O Instituto histórico e geográfico e a produção da história local**. João Pessoa: Almeida editora, 1996. MONTEIRO, Luíra Freire. **Arquitetura da paraibanidade: recursos retóricos dos historiadores paraibanos na construção da identidade local**; MONTEIRO, Luíra Freire. **A invenção de si: Estratégias de construção da identidade paraibana na historiografia local**. SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro dos. **O IHGP e a produção da história local**. Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: Ed UFOP, 2012. AQUINO, Viviane de Fátima. **A busca da identidade paraibana na obra de Eudésia Vieira “Terras dos tabajaras”**. 2014. (Idem) **Paraibano e sertanejo: elocubrações identitárias na retórica de Celso Mariz na obra “Através do sertão”**. 2015. SILVA, Marinês Cavalcante da. **A identidade paraibana na obra “História da província da Parayba” de Maximiano Lopes Machado**. 2014. (Idem) **A identidade sertaneja na obra “História da província da Parayba” de Maximiano Lopes Machado**. 2015. OLIVEIRA NETO, Manoel Gomes de. **A matutice sertaneja e a paraibanidade do IHGP na obra “O quebra quilo” de Geraldo Irineu Jóffily**. 2015.

apêndice do primeiro (o sertão como espaço do exótico, do atraso, do distanciamento da urbe, surgido num contexto distinto, já sem as lutas originais da conquista do território). Replicavam assim, mesmo sem nem o perceber, o que já ocorrera em relação à *construção da nação* no pensamento social brasileiro, quando o sertão e o litoral surgiram como imagens de grande força simbólica a expressar os contrastes e, no limite, o antagonismo de distintas formas de organização social e cultural².

A dicotomia do país, inventada no século XIX, por sua vez, foi plenamente absorvida pelos intelectuais paraibanos que, por conseguinte, também se dedicaram a escrever o que chamamos de “segunda parte” da história paraibana: a história do “sertão”. Neste exercício, os historiadores paraibanos despiram a heterogeneidade do próprio interior paraibano, anulando suas singularidades e diferenças³, por não se adequarem ao papel primeiro determinado pela metrópole para cumprir o destino colonial, lançando uma parte do território paraibano num caldo comum.

Esqueceram, ou não foram capazes, de observar que referenciar o sertão implica em pluralizar sua compreensão, uma vez não se tratar de espaço único, de características comuns, de historicidade única. Não se pode falar em sertão, mas em “sertões”, espalhados pelo que hodiernamente se compreende também como micro regiões do brejo, do cariri e do curimataú, a evidenciar a descontinuidade e as extrusões da utilização da nomenclatura que, ao tempo que homogeneiza, exclui e deturpa.

A despeito de tal ausência, encontra-se nas narrativas dos historiadores do IHGP, em meio às descrições dos fatos, vestígios de exaltação de um povo e de seu lugar, num exercício marcado pela emergência das diferenças de um lugar (a Paraíba) que se pretendia como único, com uma população portadora de qualidades comuns: pacífica mas aguerrida, urbana, distinta dos pernambucanos e, sobretudo, republicana por excelência.

A tão buscada “paraibanidade”, que pode ser decifrada - dentre outras formas- no discurso destes intelectuais, é objeto do presente trabalho, que tem como ponto de partida a obra intitulada “através do Sertão”, de Celso Marques

² Cf. LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: REVAN, 1999.

³ Aqui trazemos com exceção Horácio de Almeida, que escreve a história de Brejo de Areia ou do Sertão de Bruxaxá, nomenclaturas historicamente datadas que demonstram a descontinuidade da compreensão do termo em relação ao interior da Paraíba.

Mariz. É nossa pretensão identificar a identidade histórico-social existente na narrativa autoral em sua obra seminal, palmilhando e comparando os recursos utilizados pelo mesmo para tracejar a almejada identidade sertaneja. Buscamos, também, comparar até que ponto esta identidade converge (ou destoa) dos parâmetros originais do IHGP, em contraponto que permite singularizar o sertanejo frente à Paraibanidade, demarcando singularidades e diferenças, ou apontar a existência de mero alinhamento à identidade já criada sobre as franjas do Litoral, homogeneizante e redutora do paraibano do sertão em uma extensão do paraibano do litoral.

O trabalho está organizado em quatro capítulos, e alguns e um sub-tópico. No primeiro, tratamos de esclarecer nossa compreensão sobre a construção de identidades como um exercício teórico mas também um exercício político. Para tanto, abordamos autores que analisam a construção das identidades nacionais e seus parâmetros, tais como Benedict Anderson e Stuart Hall. Essa discussão nos remete à questão da historiografia como mecanismo construtor de identidades. Nesse sentido, fizemos um percurso pela formação da historiografia brasileira, da criação de instituições que deram esteio ao discurso de historiadores e dos principais recursos utilizados pelos mesmos para criar uma identidade nacional única e homogênea, a despeito da diversidade e das multiplicidades existentes.

No segundo capítulo, intitulado *A representação identitária do sertão e do sertanejo na ótica nacional e a dicotomia Litoral X Sertão* analisamos como este espaço, o sertão, e os sertanejos, foram tratados pelo pensamento social brasileiro dos dois últimos séculos.

No terceiro capítulo, adentramos na questão local, apresentando o autor e seu lugar social, assim como as principais tendências da obra *Através do sertão*, no sentido de entender o que o autor trata por “sertão” e a qual dos sertões paraibanos ele se refere.

O quarto capítulo é dedicado ao levantamento da narrativa histórica de Mariz, observando suas estratégias discursivas na construção do tipo sertanejo. Procuramos, acima de tudo, deslindar até onde seu texto cria uma identidade nova ou se reproduz os parâmetros do IHGP, transformando o sertanejo no paraibano do litoral, ao desvinculá-lo da sua historicidade.

Capítulo 1

A criação historiográfica de um povo único

Após sua independência, o Brasil precisou construir uma história desvinculada de seu passado sujeito à coroa portuguesa. Para isto, tornou-se indispensável a indução de uma identidade que trouxesse peculiaridade a nascente pátria. Pois, após a colônia emancipada, havia a obrigação e a necessidade de “criar o Estado, organizar a Nação, retirar-la do colonialismo, absolutismo, mercantilismo... conferindo-lhe um nome” (LANNI, 1987, p.6). Foi somente após o fim do chamado Primeiro Império, em período de vacância do trono, que emergiu a possibilidade de criação de uma identidade nacional, desvinculada ao máximo da identidade fluida e ultrapassada dos tempos coloniais.

O grito do Ipiranga desvaneceu esse convencimento, lançando a nova nação em busca de sua própria face. Para suprir tal dilema, que se fez presente na construção da identidade do Estado Nação brasileiro, cria-se no Brasil, por influência de institutos europeus, mais especificamente do Institut Historique de Paris, fundado em 1834, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, sendo um de seus principais objetivos, a catalogação de fontes históricas suficientes para a construção de uma história nacional, “marcando a passagem de um Brasil sem história para um Brasil com história” (DIAS, 1996, p.29).

Procurava-se também, apresentar uma Nação repleta de semelhanças históricas, apesar das variadas divergências culturais, sociais, políticas e econômicas, presentes entre as regiões do país. Pois, uma vez implantado o Estado Nacional, foi imposto ao Instituto, o trabalho de produzir o delineamento de um perfil para a nascente nação, tarefa não facilitada pela realidade histórica que o Brasil possuía. Uma sociedade marcada por séculos de escravização negra e de repressão à população indígena, aspectos e contingentes que a historiografia responsável em escrever a história nacional fez questão de excluir.

É, portanto, “a tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da

Nação, que se entregam aos letrados do IHGB” (Guimarães, 1988, p.6). No entanto, o conceito de Nação, postulado por este instituto, foi operado de forma totalmente restrita aos brancos, não havendo um ideal de abrangência tal qual tivera o Institut Historique de Paris. A produção historiográfica do Brasil, ligada ao IHGB, permaneceu por um grande período do século XIX marcada por uma cultura elitista, herdeira da tradição historiográfica iluminista.

O IHGB, ao buscar uma identidade nacional, se propôs a analisar o passado e seus acontecimentos históricos, na tentativa de encontrar símbolos e movimentos que trouxessem características que servissem para a propagação de uma especificidade nacional. “A nação recém independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro” (REIS, 2007, p.25). Sendo a historiografia brasileira, criada no intuito de atender os interesses da elite nacional, procurou em sua escrita, exaltar os grandes vultos do passado, para que estes servissem de modelo para as gerações seguintes. Ainda sobre essa questão, para José Carlos Reis, o Instituto em seu aspecto histórico,

deveria eternizar os fatos memoráveis da pátria e salvar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos. Para isso, deveria coletar e publicar os documentos relevantes para a história do Brasil, e incentivar os estudos históricos... (REIS, 2007, p26).

Desta forma, os acontecimentos do passado entram em cena de forma a contribuir para a fundação e difusão da tão buscada identidade da nação. Para Stuart Hall, a ideia de identidade nacional é passada às pessoas como algo natural, e alguns pontos são destacados por ele, onde acredita definir a identidade de um povo. Um deles seria a narrativa da nação, que, juntamente a variados símbolos e a ênfase nas origens, cria-se uma tradição que perpassa o tempo e permanece nas mentes das pessoas. Forma-se com isso, a ideia de que a origem se deu como um passado puro, e o Estado nacional, procura nesse passado “glorioso”, certo refúgio (HALL, 2005). É isto que o Instituto em seu aspecto histórico procurou fazer, buscar neste passado “glorioso” como disse Hall, os méritos que devem ser impostos e lembrados pela história.

Como afirmou Lévi Strauss (1989): “a substância do mito não se encontra nem no estilo, nem no modo de narração, nem na sintaxe, mas na história que é contada”. Porém, nesta verdadeira “pedagogia da consciência cultural”, buscar no “passado gênese” do Brasil, espelhos para serem sempre memoráveis e aplicáveis,

acabou por se transformar em projeções e prescrições que permearam discursos que deveriam ser normativos. Assim afirma Candice Vidal e Souza:

Falas sobre a história que ao mesmo tempo extraem do factual representado, proposições para a Nação dever ser. Mitos que são também políticas, os textos considerados nem de longe se querem inocentes. As narrativas fundadoras da Nação acompanham a intenção mítica de não apenas descrever seqüências de eventos e personagens, mas também de afirmar valores e orientações para sua audiência (SOUZA, 2015, p.24).

Assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enquanto um estabelecimento financiado pelo Estado, e sendo ele, produtor de nossa historiografia neste período, entende-se que, certamente, os historiadores ligados a esta instituição, recebiam uma delimitação e certa encomenda que deveriam atender a um cânone historiográfico que permeasse os interesses do Estado Nacional, uma vez que, o lugar social de quem escreve, é fator determinante para o resultado da escrita, e uma pesquisa histórica, estará sempre ligada a seu lugar de produção, como afirma Michel de Certeau (2007):

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão impostas, se organizam (CERTEAU, 2007, p.66-67).

Nesse caso, o lugar dos historiadores do IHGB, influenciou totalmente a historiografia que se produziu, tendo visto que nesse momento, os fundadores deste Instituto procuravam promover uma identidade para a nação, e para tal fito, pretendiam criar um Brasil que fosse atraente aos olhos internos, mas principalmente, bem visto pelo exterior.

Desta forma, a produção historiográfica do IHGB se afastou das regras de produção de um modelo mais acadêmico que requeria um conhecimento científico mais específico. Pois, de acordo com Guimarães (1988), diferentemente do modelo europeu, nossa historiografia se isolou dentro de um modelo de história ilustrada, cujas regras e critérios de escrita se estabeleceram de acordo com as relações de interesses de quem detinha poderes, neste caso, a elite imperial.

Para Arno Wehling, o historicismo foi a principal influência intelectual que embasou a origem do Instituto Histórico, oferecendo coerência aos discursos dos fundadores, além de articulações de ideais e de instituições que coagissem com as condições políticas predominantes naquele momento, que visavam a afirmação

conservadora e a defesa da unidade política no país (WEHLING, 1999). Assim afirma o autor:

Mais do que o romantismo e nacionalismo no plano ideológico, foi o historicismo no plano teórico metodológico o enformador e racionalizador por excelência da *weltanschauung* dos fundadores do IHGB. Numa concepção historicista da história foram buscar a estrutura velada das relações sociais, as leis do desenvolvimento histórico, sua projeção para o futuro e o conhecimento aplicado, para aperfeiçoar a administração pública e a representação política do recente e combalido Império (WEHLING, 1999, p.43,44).

Seguindo essas sugestivas, em 1845, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, oferece um prêmio para quem elaborasse a melhor sugestão para a escrita da história nacional. Com sua monografia, intitulada de “Como se deve escrever a história do Brasil”, o Bávaro Phillip Von Martius foi o premiado. Em seu texto, Von Martius, porém, procurou determinar um projeto histórico que definia em linhas gerais, uma identidade para o Brasil. Observou-se em sua obra, o que seria as bases do *mito da democracia racial brasileira*, pois para este autor, a identidade brasileira deveria ser constituída a partir daquilo que mais a singulariza: a mistura das raças (REIS, 2007, p. 26).

Porém, apesar da miscigenação ser considerada o principal aspecto que singulariza a identidade do Brasil, nossa história foi contada pelos historiadores ligados ao IHGB, como sendo provida essencialmente pelos portugueses. No papel de senhor e conquistador, ele teria dado as características morais e físicas que regeram o país. Segundo José Carlos Reis, ao citar Von Martius diz que:

O historiador deverá transportar o leitor à casa dos colonos e mostrar como viviam, como se relacionavam com seus vizinhos, escravos e família. Deverá mostrar a ação da igreja e da escola; como chegavam plantas e árvores; como era a construção naval e a navegação, a vida militar e o comércio. Mostrar ainda como chegava as ideias e as letras da Europa. Enfim, mostrar fundamentalmente a vida portuguesa no Brasil. (REIS, 2007. p. 27)

Fica, porém, a seguinte questão: se a principal característica identitária do Brasil seria a mistura do seu povo, por que tentar promover uma história do Brasil limitada à exaltação da figura do português? Para Von Martius, a unidade brasileira tinha ainda que ser buscada, apesar das diferenças regionais, culturais, étnicas, de ritmos e costumes. E para isto, os historiadores deveriam promover uma unidade para a nação brasileira centrada na “raça” branca. Esta seria quem promoveria o progresso da nação, enquanto os outros contingentes, nativos e cativos, seriam os desamparados, necessitados da cultura europeia dita civilizada e neste caso, civilizadora.

No entanto, a cultura historiográfica que se formou no Brasil, procurou construir o conceito de brasilidade, algo que disfarçasse as diferenças presentes entre as fronteiras internas do país. Sobre tal construção, é necessário destacar, que se deu como produto de uma arquitetura historiográfica inovadora no contexto nacional, e que foi ampliada para além dos termos do IHGB nas décadas seguintes, sempre disposta a construir uma face para a nação e a corroborar com o poder criador do discurso dos historiadores. Exemplos dessa prática podem ser identificados nos trabalhos de Capistrano de Abreu, Manoel Bonfim, Sílvio Romero, Affonso Celso, Alfredo Ellis Júnior, Alberto Torres e Paulo da Silva Prado, estendendo-se a Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Conhecemos, porém, a figura do paulista Francisco Adolfo de Varnhagen como sendo o precursor na escrita sobre as interpretações do Brasil já como uma unidade pátria. Sua obra intitulada *História Geral do Brasil*, escrita em 1850, foi redigida em um momento histórico em que, a existência de um delineado território brasileiro não assegurava um sentimento forte de “brasilidade” entre seus moradores, devido as inúmeras divergências sociais que existiam entre os heterogêneos povos brasileiros. Esta obra é considerada por alguns estudiosos, dentre eles, Arno Wehling, como o principal exemplo da ligação entre a intelectualidade imperial, vinculada ao Instituto Histórico e o poder político do Segundo Reinado.

Segundo José Carlos Reis (2007), a ligação pessoal de Varnhagen com a família imperial influenciou totalmente a escrita de sua interpretação sobre o Brasil. O recente imperador precisava de uma história brilhante que desenhasse o perfil de um país independente, e competiu a Varnhagen a tarefa de escrevê-la. Conforme este autor, Varnhagen elabora sua obra consoante a visão européia sobre o Brasil, a partir de um olhar “da casa grande”, sua narrativa se mostra de fundamental importância para a historiografia brasileira, devido ao pioneirismo no uso da metodologia crítica empregada nos documentos utilizados como fontes, certamente sob a influência alemã do historicismo utilizado por Leopold Von Ranke, ancorado no método positivista da objetividade e neutralidade.

Contudo, a face que se desejava para a nação tornava imprescindível o conhecimento do Brasil como um todo, acentuando-se todas as diferenças e singularidades existentes em si mesmo desde os primeiros tempos da colônia, descobrindo e revelando as partes que formavam um todo. Para tanto, fazia-se

necessário “descobrir” o Brasil mais uma vez, de modo a desvendar as várias histórias de sua formação e consolidação como nação. Tratava-se, pois, de exercício sutil de unificação da nação e justificação da política de atuação do poder, na medida em que as antigas províncias, agora unidades estaduais, necessitavam manifestar as suas especificidades associadas e complementares a um todo: o governo central.

Sobre as diferenças, que inevitavelmente seriam encontradas nos diversos cenários regionais brasileiros, Martius ainda projetava que, os historiadores deveriam promover narrativas históricas de esferas locais, mas que compactuassem entre si, para que assim, houvesse uma diminuição nas diferenças históricas das regiões do país, contribuindo desta forma para a elaboração de uma história nacional mais digna de credibilidade. Era disso que um Brasil independente necessitava, e que a elite brasileira queria mostrar: uma história que elogiasse a nascente nação, que exaltasse seus heróis e passasse confiança e orgulho para as seguintes gerações.

Porém, promover uma identidade para uma nação não foi e nunca será tarefa simples. Não é somente pela narrativa histórica que se constrói uma pátria. Para Stuart Hall, “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2005, p 48). Deste modo, um inglês sabe o que é ser inglês, a partir do modo que a cultura inglesa é representada, através de um conjunto de significados que define a cultura desta nação.

Vemo-nos como brasileiros, por exemplo, devido à capitulação daquilo que definimos ser pertencente a uma “brasilidade” que nos une e nos caracteriza. Do mesmo modo, de forma mais específica, sabemos que somos paraibanos e nos sentimos assim a partir da aceitação e do partilhamento de símbolos, práticas, histórias, dentre outros aspectos presentes na dita “paraibanidade” que nos representam e nos definem culturalmente como tais.

Com isso, certificamos que a nação não é apenas uma delimitação política, mas sim, um conjunto sistemático que é representado por sua cultura. Podemos dizer então, que a identidade nacional é necessariamente um discurso construído, tomando como exemplo o IHGB, que se propôs a forjar uma identidade para o Brasil a partir de narrativas históricas heróicas, procurando construir uma concepção a cerca de nós mesmos. Segundo HALL (2005), os discursos

construídos sobre a nação passam a gerar lugares de sentidos, sentidos esses que identificam culturas, e identidades. Onde essas identidades são compactuadas entre gerações através das memórias e das narrativas que são passadas, conectando assim, passado e presente a partir das imagens que são construídas da nação.

É, porém, por serem construídas por essas subjetividades, como representações e discursos, que o pesquisador chinês Benedict Anderson (1983) vai dizer que, as identidades nacionais são na verdade, “comunidades imaginadas”. Para este autor, uma nação se define como “uma comunidade política imaginada e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo, soberana (IDEM, p 32)”. Anderson ainda explica:

Ela é imaginada porque os membros das mais minúsculas das nações conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, p 32, 1983).

Um exemplo bastante claro que pode ser aplicado a esta ideia pensada por Benedict é a tão conhecida história milenar dos judeus, em suas trajetórias pelo mundo. Por muito tempo, viveram a vagar em busca de um território (geográfico), para se estabelecerem e cultuar seus costumes e crenças. Todavia, inúmeros fatores, em diferentes contextos históricos fizeram com que tal povo vivesse disperso em várias partes do planeta.

No entanto, mesmo espalhados pelo mundo a fora, tendo contato com outros povos e culturas, os judeus mantiveram-se firmes e perseverantes na ideia de solidificar seus costumes, e principalmente sua religião. Seguindo a lógica da nação como uma “comunidade imaginada”, podemos dizer que os judeus, durante muito tempo, até 1945 mais especificadamente, permaneceram em nação, mesmo sem constituir um Estado.

Já Eric Hobsbawn, em *Nações e nacionalismos desde 1780* não considera a nação como uma entidade social originária e imutável. Para ele o nacionalismo vem antes das nações. Hobsbawn ainda acredita que as nações e os fenômenos associados à elas devem ser analisados em questões mais amplas do que a língua, ou questões culturais. Elas devem também ser analisadas em suas condições políticas, econômicas, administrativas e etc. (HOBSBAWN, 1990).

Segundo Anderson, o conceito de “comunidade” é aplicado a uma nação porque, mesmo sendo ela repleta de desigualdades sociais e explorações entre

seus povos, “a nação é sempre concebida em uma camaradagem horizontal” (idem, p 34). Seria, por isso, explica Benedict Anderson, que vimos por muitos séculos, tantas pessoas matarem, e até mesmo morrerem, pela pátria a qual pertencem. Pátria essa que foi construída e representada a partir do imaginário e dos discursos de determinados grupos, cujas idéias foram predominantes em determinado momento.

Para Roger Chartier, “as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (CHARTIER, 2002). Desta forma, podemos dizer que a identidade nacional é uma representação construída por grupos que impõe ideologias. Semelhantemente, afirma Michel Foucault:

Em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2000).

No caso da “comunidade” brasileira, por exemplo, esta foi fruto da imaginação exercida e dos discursos construídos pelos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando estes projetaram uma face para a recente nação emancipada. A respeito, Chartier esclarece que a comunidade é uma representação que

...coloca-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto às lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 2002:17).

Partindo deste pressuposto, que identifica a identidade nacional como sendo uma representação, é esperado, porém, que esta representação seja universalista, ou seja, que atinja ao máximo a população do espaço a qual deseja unificar, procurando legitimar-se a partir da difusão dos costumes, hábitos e discursos que aos poucos devem ser assimilados pelas pessoas, pois, sem a assimilação das propostas de identidade pela população, o principal sentido da representação - que é obter uma ordem a partir da consciência de pertencimento - será inválido.

Imaginar uma nação é, antes de tudo, selecionar e compactuar escolhas relativamente favoráveis a um determinado grupo que detém maior poder representativo, uma vez que, “amnésias coletivas” fazem parte do jogo político que pretende construir uma nação. Ainda no Brasil império, por exemplo, período de

criação do Instituto Histórico, que pretendia formar a face brasileira, era mais comum de se ver na historiografia do Brasil, interpretações sobre o país baseadas nas diferenças das raças, colocando em jogo conceitos de superioridade e inferioridade, impregnando assim, na nossa cultura, um discurso de incompletude, como afirma Darcy Ribeiro em “O Povo Brasileiro”. O povo brasileiro seria um povo que sempre viria a ser, sendo sempre um projeto do futuro.

Passara imagem de um Brasil europeu ou até mesmo indígena, mesmo em um território cujo a população predominante era de negros e mestiços, parecia se mostrar mais confortável para alguns intelectuais como Varnhagen e outros ligados ao IHGB. Por muitos anos, a face escravocrata brasileira se manteve oculta na propaganda identitária nacional. Não seria de bom grado para a nação enfatizar os momentos de atrocidades e pequinês humana trazidas pelas décadas escravocratas.

Já no período republicano, quando o país vive em outro contexto histórico, e se via na busca de progresso em inúmeras áreas, a escravização já não atendia as necessidades de uma sociedade que visava a modernização, e assim, símbolos legados da sincronia dos cativos com as terras brasileiras, como o samba e a capoeira, acabaram se transformando em características peculiares de nossa brasilidade. A mestiçagem por sua vez, que se encontrava até então disfarçada, passou a ser peça integrante da característica do Brasil.

Nos discursos do escritor pernambucano Gilberto Freyre, por exemplo, notamos a indução de uma harmonização entre as relações das três camadas que deram origem a nossa sociedade. Casa grande & Senzala pode ser considerado o retrato de um Brasil socialmente dividido, embora culturalmente compactuado, muito diferente das discussões trazidas anteriormente por Varnhagen. Entende-se com isso, que, construir uma nação, é além de tudo, atender a relações de interesses de grupos dominantes e contextos temporais, uma vez que, cada sociedade age conforme sua conjuntura histórica. E junto a sociedade, mudam-se também os discursos.

Com influência do IHGB, e de modo a auxiliá-lo, foram paulatinamente criados espaços de saber nas variadas unidades federativas da nascente república, compostos por nomes de destaque em seu meio social, homens de letras e amantes da história, embora muitas vezes sem nenhuma formação acadêmica específica para o ofício, de acordo com a constatação de SCHWARCZ (2000). Tais

espaços findaram por se constituir como lugares de produção de uma historiografia não acadêmica, porém, ilustrada. O modelo encontrou eco na Paraíba, onde, em 1905, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico (IHGP), com o propósito de servir como uma extensão do projeto proveniente do IHGB.

Semelhante ao IHGB, seus fundadores propuseram e demarcaram a “passagem de uma Paraíba sem história, para uma Paraíba com história e escrita por paraibanos” (DIAS, 1996 p.36,) uma vez que, o que se encontrava sobre a história da Paraíba eram apenas crônicas ligadas à história de Pernambuco, e a do Brasil. Inicia-se a partir daí, uma tentativa desta instituição de construir uma história paraibana que não fosse anexa da história nacional ou vinculada à pernambucana. A historiografia formada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano teve como principal ideia para consolidar seu objetivo, especificar o ser humano a qual se identifica como paraibano.

Até o início do século XX, a Paraíba não tinha uma história específica, capaz de demonstrar todas as singularidades desse território e de seu povo. A existência de crônicas, e mesmo da constatação de remissões ao papel da Paraíba no contexto de uma história nacional, foi compreendida como uma “história externa”, despida de exclusividades, tendo-se em vista que tal narrativa sempre explorava a Paraíba como uma extensão de Pernambuco ou como “um pedaço do Brasil”.

Com esse objetivo, os produtores da história paraibana, se dedicaram a criar um “tipo único paraibano”, a partir de adjetivos que justificassem a realização dos grandes feitos que devesse exaltar a história local, justificando, assim, a historiografia como excelente campo de criação identitária.

Pautada num modelo previamente despertado entre os homens de letras que idealizavam tal operação historiográfica, a premissa de tal produção se pautava em um tipo de “destino manifesto” do pequenino estado, cuja realização só teria sido possível face ao traço de personalidades condutores desses feitos: os paraibanos, dotados de força, bravura, pacificidade, honestidade e tantos outros adjetivos qualificadores desta identidade.

Na elaboração de uma narrativa que destacasse tal idealização, impunha-se o elenco de datas e acontecimentos, consagrados como marcos simbólicos da história do estado, ligados aos grandes momentos do passado do país. Dessa engenharia retórica adveio o conceito de “paraibanidade”, que norteou o sentido da identidade local. Identidade esta, que, seguindo moldes das formações das

identidades nacionais, foi antes de tudo, “imaginada”, formulada a partir do interesse de uma unificação, e, acima de tudo, de uma singularidade de um território e de seu povo. O povo paraibano.

Dentre os inúmeros intelectuais que contribuíram para a formação do importantíssimo arcabouço historiográfico paraibano, fomentado sob a especulação do IHGP, está a figura do sousense Celso Marques Mariz, que se propôs a narrar as histórias do seu lugar, colocando o espaço sertanejo paraibano em destaque dentre as demais microrregiões do estado, deste modo, o mesmo foi o escolhido para a realização de uma análise de discurso no presente trabalho.

Capítulo 2

A representação identitária do sertão e do sertanejo na ótica nacional e a dicotomia Litoral X Sertão

Para boa parte dos denominados intérpretes do Brasil, o sertão se apresentava com um espaço imenso e vazio que precisava ser conquistado e integrado às demais regiões. Esse pedaço do país, por muito tempo foi fruto de preocupações e interesses intelectuais e políticos, pois trouxe consigo o dilema da formação do território nação, com as delimitações territoriais proporcionadas pelas bandeiras, além da representação de brasilidade que se dá a partir deste processo. “Quando a bandeira penetra o sertão, termina a história de Portugal e começa a do Brasil” (RICARDO, 1940).

A palavra “sertão” é utilizada no Brasil desde o início da colonização, e de acordo com os estudos de Gilberto Mendonça Teles (Apud Vicentini, 1998), ela deriva da etimologia “sertum”, que quer dizer: o que sai da ordem. Em Portugal, esta expressão era usada para designar os limites geográficos internos do país, os

que se distanciavam da capital Lisboa. Até o final do século XVIII, foi muito usada pela Coroa Portuguesa nas colônias para nomear o outro, o distante, e deste modo, foi incorporada aos discursos dos colonizadores (e, por conseguinte, dos colonizados) que partiram da Europa. Podemos afirmar então, que foi com este mesmo sentido que o vocábulo chegou ao Brasil, no período do descobrimento. Constatamos assim, que é logo no período de formação e habitação do espaço brasileiro, que se inicia a dicotomia Litoral/sertão.

Teles afirma ainda que o adjetivo “*certum*” através da expressão “*domiciliumcertum*” que significa residência fixa, da forma como foi apropriada pelo português do passado, “*sertão*” pode ter influenciado o significado de “*desertanum*” como “lugar incerto”, deserto, expressão que aponta para um lugar oposto e distante de quem está falando. A partir desse pressuposto, podemos afirmar que as regiões pouco povoadas e desconhecidas, que pertenciam ao território nacional, se configuravam no pensamento social do século XIX como imensos sertões.

A autora brasileira Candice Vidal e Souza, em seu livro *A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro* (2015), faz uma análise dos discursos presentes na historiografia e literatura brasileiras dos séculos XIX e XX, que segundo ela, descrevem o Brasil como sendo verdadeiramente uma dicotomia entre o sertão e o litoral. Dentre os autores analisados estão Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Nelson Werneck Sodré. Nos discursos destes autores brasileiros avaliados pela antropóloga, se percebe, segundo a mesma, uma necessidade imensa de superação da distância social que ocorre entre o “positivo”, representado pelo litoral, e o “negativo”, representado pelo sertão:

Ao contar sobre a gênese e a permanência da Nação, esses textos constroem representações do espaço como sendo partição entre lugares chamados de sertão e litoral. A descrição que pretende informar conteúdo fisiográfico e humano de cada uma das regiões distingue e qualifica o que há dentro do Brasil. Segue-se à enumeração dos componentes nacionais a opinião sobre a contribuição positiva e/ou negativa das coisas e dos modos de viver sertanejos e litorâneos para a construção de uma nacionalidade completa em civilização e segura em autenticidade (SOUZA, 1999,p. 17).

No imaginário espacial presente nestes discursos, o litoral se configura como a parte geográfica responsável pela civilização e o progresso do país, enquanto o sertão é visto como deserto, bárbaro, e selvagem. Ou até mesmo, região não pertencente à nação, tal como foi descrito por Euclides da Cunha, certamente em momento de estranheza no deparo com tamanha peculiaridade:

Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam essa transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo do nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadiam-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria (CUNHA, 2009, p. 514-515).

No último século, o Brasil se deparou com intensas discussões que abordaram a questão da busca pelo progresso e “civilização” da nação, baseados na ideologia capitalista que norteou o início de nossa república. O discurso progressista deste período visava, para a obtenção de tal progresso, a integração social de todos os brasileiros além de uma homogeneização da cultura nacional. No entanto, em meio às inúmeras diferenças existentes entre as regiões do país e além de tudo, a diferença social, cultural e econômica em que se encontravam seus contingentes, a ideia de progresso e de construção nacional se mostrava sempre inconclusa.

A respeito disso, a autora afirma que esses autores que se dizem descrever o Brasil, disseminam ideias que procuram tirar o Brasil desta situação, procurando soluções que resolvessem tal dilema:

A seqüência do discurso é programática, repleta de mensagens que orientam sobre inclusões e exclusões de elementos existentes no sertão e no litoral, na constituição da nação desejada. Acha possível, então, a neutralização das características desagradáveis de um e outro e a incorporação do que de bom existe em ambos para fazer do Brasil grande um grande Brasil (SOUZA, 2015, p. 17).

A partir desta ideia, percebemos claramente que além do interesse de criar um Brasil único, os escritores da nação constroem um discurso, que em geral dita as regras de conduta e comportamento. Segundo Candice Vidal e Souza “as narrativas fundadoras da nação acompanham a intenção mítica de não apenas descrever seqüência de eventos e personagens, mas também de afirmar valores e orientações para sua audiência” (IDEM, p. 20).

Com base na análise da autora, o conceito de sertão vai sendo construído a partir do conceito de litoral, evidenciando assim a questão da alteridade. “Os sujeitos que se imaginam centrais só o são porque veem outros como marginais ou periféricos” (Sousa, 2015, p. 19). Em muitas das narrativas analisadas, a construção da imagem do outro a partir de si, se configura neste caso como elemento de preconceito, de discriminação e não aceitação das singularidades do

outro, pois nestes relatos de representação, o sertão e seu contingente aparecem como o bárbaro e incivilizado que necessita ser educado pelo cidadão litorâneo.

Ainda segundo Candice Vidal e Souza, boa parte dos autores estudados colocava a culpa do atraso social da nação brasileira sobre a existência do espaço sertanejo:

Se focaliza a fala preocupada e intranqüila que vê no sertão a raiz dos problemas nacionais e defende que o desequilíbrio entre os mundos do sertão e do litoral não é herança da qual não se desfça. A solução para recuperar a nacionalidade cindida é retornar ao sertão levando o ímpeto civilizatório capaz de neutralizar suas características indesejáveis – o atraso e o vazio – e de lá ressurgir espalhando a brasilidade mais autêntica e resguardada pelo afastamento da costa (SOUZA, 1999, p. 32).

Desta forma, havia o interesse em elevar o sertão às condições favoráveis que outras regiões do país alcançaram, principalmente as regiões litorâneas, uma vez que o estereótipo de barbárie já havia se fixado sobre este espaço, através dos inúmeros discursos de quem o descrevia.

Tomando mais uma vez o exemplo do discurso do escritor Euclides da Cunha em “Os Sertões”, podemos observar que este é utilizado como uma “retórica da alteridade” (MONTEIRO, 2016) onde ele descreve o sertão e o sertanejo através do olhar litorâneo, região consideravelmente composta por grupos elitizados e letrados. Euclides descreve o sertão como um espaço que lhe causa muito estranhamento, um vazio, uma lacuna ou um espaço em branco, que deve ser preenchido. A insensibilidade e a indiferença do povo brasileiro por sua própria nação gerariam a ignorância e o desconhecimento do sertão e dos sertanejos. Para este autor, a verdadeira identidade nacional era perdida enquanto houvesse essa fronteira social entre as duas regiões (CARVALHO, 2011).

Outro escritor brasileiro que narrou sua interpretação do sertão foi Monteiro Lobato, que, semelhantemente a Euclides da Cunha, seu gênero narrativo se englobou ao período pré-modernista, movimento literário que se propagou no início do século XX. Lobato trouxe mais uma interpretação peculiar à figura do sertanejo, imaginada a partir da criação da personagem Jeca Tatu. Essa personagem, segundo Carvalho (2011), era a representação estereotipada do modo como os intelectuais e membros da elite nacional descreviam o homem do campo, pobre, cabisbaixo e sem expectativas de vida.

O famoso poeta e escritor parnasiano Olavo Bilac também se propôs em descrever o sertão e os sertanejos, consoante aos demais, tomou partido de um

discurso bastante negativo, colocando tal contingente como uma espécie não humana e irracional:

Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insetos, como as árvores. A maior extensão do território está povoada de analfabetos; a instrução primária, entregue ao poder dos governos locais, é, muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanário, um dos instrumentos de maroteira política (BILAC, 1924, p. 118-119).

Para Carvalho (2011), este discurso de Olavo Bilac pretendia atingir os líderes do governo, que tratavam a população sertaneja com o maior descaso. Apesar disto, mesmo sendo um discurso produzido com a intenção de ajudar, mostrou mais uma vez como a elite, e principalmente os intelectuais enxergavam a população sertaneja. No caso de Bilac, nem de brasileiros eles mereciam ser chamados.

Dentre as inúmeras interpretações e atribuições que existem sobre o espaço sertão e a figura do sertanejo, na historiografia ou literatura produzidas ao longo dos dois últimos séculos, é importantíssimo destacar também, dentre elas, as que vão em contraponto às já citadas neste capítulo até o momento, trazendo discursos positivos sobre tal povo e tal lugar. Mostrando a contribuição da sociedade que se formara no espaço sertanejo para todo o país.

A percepção do sertão organizada de forma peculiar se atribui a um dos mais renomados intérpretes do Brasil, o cearense Capistrano de Abreu, que em sua obra “Capítulos da História Colonial” (1907), trouxe um característico discurso sobre os sertanejos e a importância destes para a construção da verdadeira identidade nacional. Segundo José Carlos Reis, Capistrano acreditava que, ao adentrarem no interior do país, afastando-se de todas as influências europeia e até mesmo africana, culturas que se propagavam majoritariamente no Litoral, os colonizadores representados pelos bandeirantes, iniciaram a formação de um novo povo. Tal povo se tornara verdadeiramente “o povo brasileiro”. (REIS, p 8, 1998)

O que não estava em Varnhagen e marca a originalidade de Capistrano é a sua percepção do surgimento do novo povo e a sua adesão ao seu sentimento e interesse, ao seu projeto político. Tal percepção foi possível porque desde as primeiras páginas do livro, seu olhar já estava em outra posição e direção. As elites saem da história e entra o povo brasileiro, conquistando o sertão, vivendo longe do Rei. O sertanejo é aquele que vive distante do Rei: autônomo, soberano, orgulhoso (REIS, p.13 1998).

Já Oliveira Viana, por exemplo, em *Populações meridionais do Brasil* (1820), se propôs em resumir o Brasil em tipos sociais de base rural. O autor procura

dissolver a dualidade rural-urbano ao determinar a importância da ruralidade sobre a sociedade brasileira. Para Viana, “os tipos urbanos não passam de reflexos ou variantes do meio rural a que pertencem: variantes do sertanejo, variantes do gaúcho, variantes do matuto”. O autor ainda continua pontuando positivamente a penetração das bandeiras ao interior do país e, segundo Candice Vidal:

O Brasil aconteceu no campo, no domínio rural desenrolam-se os eventos fundadores do povo brasileiro. Retrocedendo ao período colonial, pontua em sequência evolutiva as fases de ocupação e transformação da região além Litoral. A instalação de latifúndios que acompanha as entradas bandeirantes é o “capítulo heróico” da expansão do domínio rural (SOUZA, 2015, p.65).

Deste modo, o projeto de colonização do sertão através das bandeiras acabou por se tornar um processo determinante não para o aspecto territorial do Brasil, mas também, segundos estes autores, foi fator determinante para a construção identitária brasileira, uma vez que, as bandeiras representaram ações de brasileiros que projetavam um Brasil, e não mais de europeus que exploravam uma colônia.

Observando todas essas interpretações sobre os sertões e seus povos, construídas ao longo da história do nosso país, tanto no campo historiográfico como na literatura, podemos concluir que, em maioria, salvas algumas exceções, as opiniões formadas a respeito desses povos, mostram, verdadeiramente, vestígios de ignorância e pré-conceitos formados a partir da soberania de um estilo de vida e sociedade que se formou no litoral do Brasil logo no início de sua formação como nação, e se propagou por séculos através da prática do descaso para com a tamanha peculiaridade do povo e da sociedade sertaneja, e também através dos discursos que foram produzidos ao longo do tempo sobre eles.

Capítulo 3

Paraibano e sertanejo: Mariz e sua trajetória singular

Celso Marques Mariz, memorável intelectual Paraibano, nasceu no município de Sousa, sertão paraibano em 17 de dezembro de 1885. Foram seus pais o Dr. Manuel Marques Mariz e D. Adelina de Aragão Mariz, sendo seu pai bacharel em direito pela Faculdade do Recife, falecendo precocemente em 16 de março de 1888, quando Mariz ainda era criança. Seu padrinho, o Dr. Félix Joaquim Daltro Cavalcanti, natural de Cabaceiras, bacharel Pela Faculdade de Direito do Recife, que morava numa fazenda no então distrito de Catingueira, integrante do extenso Piancó, onde exercia o cargo de Juiz municipal, acabou sendo figura importantíssima na vida de Celso Mariz.

A região da Catingueira foi, porém, cenário dos primeiros anos da vida de Celso. Mas ele não demorou muito por lá, pois seu padrinho, Félix Daltro, foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Taperoá, que havia sido criada pelo primeiro governador da Paraíba, do período republicano, o Dr. Venâncio Neiva. Félix levou o afilhado e filho de criação para Taperoá, e foi ali que o menino se fez estudante matriculado na escola do velho professor Minervino Cavalcanti.

Quando Celso já estava com dezessete anos, o padrinho o levou para o Seminário, na Capital do Estado, onde ficou anos como aluno ouvinte. Após algum tempo de freqüência e aprendizagem na casa de ensino religioso, iniciou em 1904 no jornalismo, e logo em seguida, voltou para Taperoá onde lá exerceu o cargo de conselheiro municipal (vereador dos tempos de hoje). Celso sempre buscou sua erudição. Lia tudo, desde jornais que chegava pelo correio, com atraso de semanas, a livros do padrinho e de quem os tivesse para dar-lhe ou emprestar-lhe.

No começo do século XX, a Amazônia fascinava e atraía os nordestinos. O fervoroso ciclo da borracha enriquecia alguns, e as cidades, especialmente as Capitais, Manaus e Belém, experimentavam o esplendor da riqueza. Lá, surgiam cada vez mais jornais e revistas, tornando assim um ambiente propício às atividades culturais. Um irmão de Celso, Romeu Mariz, jornalista e poeta, estava

em Belém, em fainas da boa imprensa que ali se praticava e também participando da política como deputado estadual.

Da mesma forma, Celso Mariz deslocou-se para Manaus. Eram muitos paraibanos que se destacavam no Norte, notadamente em Belém, como advogados, magistrados, poetas e jornalistas. Mas Celso acabou retornando à terra natal em 1907, aos 22 anos. Andou pelo sertão, tendo sido professor público em Catolé do Rocha, onde casou com D. Santina Henriques de Sá. Nomeado Inspetor Regional de Ensino, percorrendo todo o estado da Paraíba, sempre a cavalo. Nessas viagens, conheceu cidades, vilas, povoados e fazendas. Graças ao penoso e constante trabalho de inspeção de escolas, colheu material suficiente para escrever seu primeiro livro, que intitulou de “Através do Sertão”, editado em 1910.

Voltou a Taperoá, onde se fez conselheiro municipal, sob a inspiração e cobertura do seu padrinho. Em 1914, Celso e D. Santina fixaram-se em definitivo na cidade da Paraíba. Logo foi nomeado diretor da Secretaria da Assembléia Legislativa, cargo que exerceu até 1930, quando se deu a dissolução do Poder Legislativo. Em 1915, fundou o jornal A NOTÍCIA, órgão que expressava as idéias dos chamados “jovens turcos”, grupo de jornalistas políticos, alguns já bem iniciados nas batalhas partidárias, filiados à orientação do grande Epiácio Pessoa.

Celso, porém, foi deputado na décima legislatura, de 1924 a 1927, quando a Paraíba era governada por João Suassuna. O governo seguinte foi o de João Pessoa, que o nomeou diretor de “A UNIÃO”. Ficou por pouco tempo no antigo jornal, pois voltou à Assembléia, retomando a direção da Secretaria do legislativo. No final da década de 30, foi nomeado Inspetor Federal junto ao Liceu Paraibano. Competente, dono de invejável capacidade de redação e de bom tirocínio administrativo, foi convocado pelo governador Argemiro de Figueiredo para ocupar os cargos de Secretário do Governo e também da Agricultura, Comércio, Viação e Obra Públicas, a Pasta mais importante do Estado. Também ocupou a Diretoria do Departamento de Educação. Encerrou suas atividades no Serviço público em 1950, como Secretário do Governo na gestão do governador José Targino da Costa.

Mariz escreveu e editou “Através do Sertão”, em 1910, contando o que viu nos trajetos de sua peregrinação como inspetor de Ensino na Paraíba. Surgia o escritor com vocação para a sociologia e a história, descrevendo as localidades, seu passado e presente, figuras marcantes de sua progressão econômica e social. E foi, porém, o escolhido para a análise historiográfica deste trabalho. O livro

seguinte, “Apanhados históricos da Paraíba”, editado em 1922, é um clássico, contendo o quadro histórico e geográfico do Estado, sua fundação, seu território, a guerra anti-holandesa, os acontecimentos merecedores de registro no século XVIII, a atuação da Igreja, o governo colonial, as revoluções, o império e o monarquismo, a política daqueles tempos, os governos e os legisladores, até à República.

Em 1939, este autor lança “Evolução Econômica da Paraíba, primoroso estudo sobre a colonização e civilização agrária deste estado, desde os primórdios, começado pelas primeiras culturas praticadas, os engenhos nascentes e moentes, a penetração dos colonizadores no Brejo, Cariri e Sertão, a escravidão, o surgimento e o vigor do algodão, as crises, o advento de novas lavouras e das indústrias, a abertura de caminhos, estradas de rodagem e de ferro, o porto, a mudança das estruturas rudimentares de trabalho e produção, as conquistas tecnológicas e fatores internos e externos que as influenciaram, as secas e seus efeitos catastróficos, as obras de combate aos estios prolongados, as realizações administrativas e os esforços para a geração de rendas públicas e privadas, o desenvolvimento urbano, notadamente o da Capital, tudo ilustrado com dados estatísticos.

Os livros que se seguem, escritos pelo nosso autor, foram “Ibiapina, um apóstolo do Nordeste” (1942). Um longo relato sobre o trabalho do Padre em todo Nordeste, “Carlos Dias Fernandes (1874-1942)”, 1943. Uma biografia sobre a vida desse irrequieto, polêmico, boêmio jornalista, grande agitador político/cultural e poeta paraibano nascido na cidade de Mamanguape. “Cidades e Homens”, 1945. Registro dos fatos e figuras dos municípios mais importantes da Paraíba. “Areia e a Rebelião de 1848”, (1946). Narra a ação e reação dos areenses na revolução praieira.

“Memória da Assembléia Legislativa”, 1948. Resgatou e salvou o que se passou na Assembléia Legislativa da Monarquia a República até 1945. “Pilões antes e depois do Termo 1948”. Reconstituindo fatos e personagens que fizeram história naquela localidade. “Notícia Histórica de Catolé do Rocha”, 1957. Descreveu as raízes da localidade narrando os feitos dos primeiros moradores e seus descendentes no decorrer de muitas décadas. “Figuras e Fatos”, 1976. Uma sucessão de crônicas de grande interesse histórico sobre grandes nomes que tiveram destaque e atuaram no cenário da Paraíba de ontem.

Celso Marques Mariz também foi um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras, ocupando a cadeira de número 15, e veio a falecer, após uma trajetória longa e intelectualmente completa, no ano de 1982, na capital do seu estado.

3.1. A obra *Através do Sertão*

Publicada em 1910, pela imprensa oficial do estado, “*Através do Sertão*”, segundo críticos, se apresenta com um estilo destacado pela descrição que traz. Esta obra se enquadra no modelo contiano, dotado de características memorialistas que predominaram no século XX. O livro de Celso Mariz tem seu ponto de partida no capítulo *A conquista*, que traz as primeiras bandeiras realizadas no Sertão brasileiro, e o adentramento ao sertão paraibano. No segundo capítulo, intitulado de *O sertanejo*, o autor descreve o que vai chamar de sub-civilização sertaneja, iniciada após a conquista do território paraibano, destacando e enfatizando as peculiaridades presentes no território, no corpo, e na alma do sertanejo.

Mariz traz também, no terceiro capítulo denominado *Instantâneos*, a trajetória de três paraibanos importantes que, para o autor, representam de forma ilustre seu lugar. Celso analisa também, em *Os municípios*, importantes aspectos históricos ocorridos nos diversos municípios do estado, descrevendo suas formações, figuras políticas e principais atividades econômicas que regem cada um deles. Em *As secas*, seu quinto capítulo, o autor se preocupa também em descrever as calamidades e as adaptações sofridas pelos sertanejos nas recorrentes secas que afetam o estado. De forma poética, o autor termina seu livro com o conciso capítulo *A cruz*, demonstrando a importância que a fé proporciona ao povo sertanejo da Paraíba.

Neste livro, podemos notar evidentemente a influência dos escritores Irineu Joffily e Capistrano de Abreu, em especial quando o autor tentou unir a geografia à história na descrição do território sertanejo. Está presente também a contribuição de Euclides da Cunha, que é frequentemente citado e apropriado no que diz respeito à teoria das raças e ao determinismo geográfico. A apropriação da teoria Darwinista da seleção natural das espécies também é encontrada nesta singela obra, mostrando a tamanha erudição do autor:

Ambos sentiriam as primeiras extremeções da permuta violenta, operando-se a seleção natural até a vitória definitiva dos mais capazes, dos mais fortes, que dali em diante seguiriam o destino imposto por outras circunstâncias. Em nossa myopia, é isto que nos parece ser adaptação. Neste ponto o sertanejo, expoente do português, do índio do Brasil, do índio do Brasil tropical e do negro da África também tropical, na sua constituição como raça, só exigiu esforço do seu primeiro elemento étnico. (MARIZ, p 41)

De escrita tradicional, ligada aos critérios positivistas, Celso Mariz embasa seu discurso na busca de construir uma identidade própria do paraibano. A principal ênfase do historiador: o paraibano, que possui como maior virtude sua bravura. A partir da sua obra, percebemos o sentimento de paraibanidade que é marca do grupo do IHGP, ao qual este historiador foi membro integrante. Daí a necessidade de entender o “lugar social” (CERTEAU, 2008) desses membros do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, que se consideraram e por hora, foram, os produtores da história paraibana.

Toda a obra de Mariz é de inspiração política, nos moldes do Positivismo, grandes nomes, feitos marcantes, datas importantes. Ao longo da sua narrativa observamos uma quase total dedicação aos temas relacionados as elites, e ao político, deixando de lado temáticas como a escravidão, os homens livres pobres, os movimentos populares, entre outros. O IHGP torna-se o lugar de onde fala o autor, assim, Celso Mariz produz uma história adequada aos moldes da instituição que agregava em seu interior membros de uma elite.

Paraibano e sertanejo como foi, descreveu seu lugar e seu povo de modo a exaltá-los. Mesmo demonstrando as situações mais áridas por quais passavam os sertanejos paraibanos, em seu discurso, tal contingente mostrou sempre está driblando tais problemas. Mariz fez questão de forjar e exaltar as qualidades que tinham em seu espaço e em seu povo. Como um intelectual multifacetado, contribuiu muito para a historiografia paraibana, sendo hoje, leitura obrigatória a todos que se dedicam a análise desse estado. Uma Paraíba que em sua visão é recheada de mitos e heróis, símbolos da paraibanidade.

Capítulo 4

O discurso construtor da singularidade do sertanejo paraibano em “Através do sertão”

A busca por uma identidade singular para a Paraíba favoreceu à historiografia local, que se voltou à construção de uma narrativa histórica que exaltasse os grandes feitos responsáveis pela criação da capitania da Paraíba. Iniciada a partir da construção da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, fruto do acordo de paz estabelecido entre colonizadores ibéricos e os índios tabajaras, a história da Paraíba foi arquitetada, exclusivamente, ao entorno da cidade e seu desenvolvimento. Sobre tais fatos, inúmeros intelectuais paraibanos, atrelados ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), se propuseram a escrever sobre a história de seu lugar, relatando através de suas interpretações, como se deram as primeiras relações entre os portugueses e os nativos da região, além das principais atividades que por estes foram exercidas na nascente capitania. Esqueceram, por sua vez, ou não se interessaram em destacar, as sociedades nativas que antecederam o processo colonial.

Um dos intelectuais que se propôs em descrever a história de seu lugar, promovendo narrativas sobre o sertão paraibano, foi o sousense Celso Marques Mariz, autor que gravou em suas obras a paraibanidade. Ao analisarmos seu trabalho, certificamos que o discurso narrador do nosso autor é dotado de artimanhas que implicam numa peculiaridade imposta sobre o sertão e os sertanejos da Paraíba, enfatizando além da bravura deste povo, outros aspectos que proporcionaram a tão buscada diferenciação destes perante os demais povos de outras micro-regiões do estado, sobretudo, os povos litorâneos. Suas andanças pelas cidades sertanejas, executando as atividades de inspetor escolar, lhe proporcionaram um grande arcabouço de informações que foram cruciais para produção de sua primeira obra.

Tudo isso nos mostra quanto o autor contribuiu com sua historiografia para o processo de construção da identidade paraibana imposta pelo Instituto Histórico da Paraíba, da qual Mariz fazia parte. Mostrando que, além das narrativas sobre os processos colonizadores ocorridos no litoral paraibano, que caracterizaram a dita

paraibanidade a partir de marcos e personagens históricos, que deram início à capitania, o adentramento aos sertões e todo seu processo colonizador, e a formação de uma sociedade diferente dos moldes do litoral, também contribuiu para a propagação da singularidade que se pretendia formar para o estado.

Celso Mariz inicia *Através do sertão* narrando como se dá o projeto de colonização do interior paraibano, que, segundo ele, originou primeiramente, a partir de um projeto de colonização nacional que visava desbravar as regiões mais extremas do país, para a apropriação de novos territórios, e certamente, uma maior expansão do poder governamental a partir dos novos povoamentos que foram surgindo com as bandeiras. Assim fala Mariz:

Organizada sob os auspícios do governo, ela se encarregou de alargar o círculo de acção deste, estabelecendo a continuidade territorial da capitania como levar mais longe ao Poente os marcos históricos de sua linha divisória. E assim o realizou (IDEM, p.28).

Segundo este autor, as entradas se iniciaram no Sertão da Paraíba no ano de 1654, após a expulsão dos holandeses. E outro dos principais fatores responsáveis pelo interesse de colonizar o interior, teria sido a necessidade material, uma vez que, os holandeses deixaram um cenário economicamente precário para alguns colonos portugueses. De acordo com a narrativa de Celso, as primeiras, e principais entradas realizadas no Sertão paraibano foram chefiadas pelo baiano Theodósio de Oliveira Ledo, figura que é sempre destacada pelos historiadores quando o assunto se trata da colonização do interior paraibano: “Theodósio de Oliveira Ledo é figura que nos aparece mais palpitante e mais viva. A frente do seu batalhão marcou-lhe o rio Parahyba, o caminho até o povoado de Boqueirão município de Cabaceiras” (IDEM, p.23).

Promover uma história singular para o povo paraibano, de modo a forjar uma identidade utilizando-se da historiografia local, implicaria em produzir um discurso exaltador ao se tratar de certos personagens que fizeram parte da história deste lugar. Certamente, essa foi uma das estratégias discursivas utilizadas por Mariz, quando este emprega adjetivos qualitativos a alguns personagens. Intrepidez, coragem, pacifismo, dentre outros aspectos, são recorrentemente encontrados em suas narrativas. Para Dias (1996) estes aspectos anteriormente citados, fazem parte do arcabouço de feitos que compõe a dita “paraibanidade”. Tomemos como exemplo as seguintes citações:

Mas o bravo e legendário sertanejo, ao manso rumor do Parnahyba e ao mungido das vacas suas melancólicas, cerrou os olhos à fosca luz daquela existência, deixando aos jesuítas o imenso patrimônio de sua colossal fortuna (Mariz, P.25).

Oliveira Ledo, ao internar-se nos sertões paraibanos [...] descendo a Borburema, encontrou no fecundo vale do Piancó e sobre as várzeas extensas do alto-Piranhas e do Rio do Peixe, o músculo másculo do vaqueiro correndo em “russos” fogosos a serviço de uma sociedade activa, próspera, rica, brava e independente (IDEM, p28).

Promover uma identidade para Paraíba implicaria numa determinação de fenômenos que especificasse o povo deste lugar, mas que além de tudo, buscasse maneiras de exaltar tal povo de modo a engrandecê-lo com suas histórias, seus personagens, e os grandes feitos realizados por estes, a ponto de torná-los únicos. Desta forma, notamos claramente no discurso de Celso Mariz, que o mesmo busca até nas questões étnicas esta especificidade do sertanejo paraibano, dando-lhes “superioridade” ao enfatizar a influência europeia sobre a origem dos mesmos:

O sertanejo parahybano descende dos bravos expedicionários de Garcia d’Ávila e Afonso Sertão; de Domingos Jorge, Antonio de Oliveira, Luiz Soares e Oliveira, Lêdo. Foi este elemento que, da parte dos europeus, ou seus filhos imediatos entrou na componente de nossa forte sub-raça. E o sangue ariano foi o predominante e em grão superior no caldeamento com o sangue tupy e o africano (MARIZ, p.37).

Mariz ainda se preocupa em exaltar e peculiarizar o tipo físico dos nossos primeiros sertanejos, definindo-os como criaturas fortes, englobando assim, mais feitos ao ensejo da determinação de uma identidade singular para o paraibano:

O sertanejo como produto físico é um tipo forte, de tecidos rijos e estatura regular; como produto moral, é uma caldeira, onde fervem os maiores contrastes, onde se acham em ebulição um kosmos de elementos, mas tudo isso já adquirindo certa consistência, tendendo a engrossar na segurança de uma formação definitiva. (MARIZ, p.50).

Forjar características deste tipo, e atribuí-las ao sertanejo da Paraíba, mostra como Celso Marques se incomoda em diferenciar seu povo e seu lugar, em relação aos demais povos das outras microrregiões do estado. A sociedade sertaneja, a partir dos trabalhos e das resistências de homens fortes e bravos, se tornara próspera desde o início das primeiras povoações, como explica o autor:

Oliveira Lêdo, ao internasse nos sertões paraybanos, viu como adiante dos seus passos já outros atrevidos madrugavam, deu de frente com Antônio de Oliveira entre os cactos do Cariry velho, e descendo a Borborema, encontrou no Piancó... O músculo másculo do vaqueiro correndo em “russos” fogosos a serviço de uma sociedade activa, próspera, grande, rica e independente (MARIZ, 1910, p.28).

Certamente, as estratégias discursivas utilizadas por este autor foram empregadas de modo a obedecer ao cânone historiográfico estabelecido pelo

IHGP no momento em que esta instituição buscava uma identidade singular para a Paraíba, situada ao mesmo projeto em que se encontrava o Brasil, que buscava para si, sua singularidade identitária afastada das influências européias. Notamos desta forma, que o espaço do interior paraibano foi usado também pela historiografia local, para promoção da especificidade que tanto buscaram os membros do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

Para Mariz, o sertanejo da Paraíba, porém, encerra características próprias, diversíssimas, pois diversa foi sua origem na índole dos antepassados, com ênfase na predominância étnica européia como bem foi mostrado, no seu meio físico, na vida profissional que o espaço oferecera, na alimentação, na personalidade, e em todas as necessidades de luta pela existência que tal povo enfrentara. Com tal pensamento, o autor vai enumerar em sua obra, os principais fatores naturais ao sertanejo, presentes em seu físico e em seu meio que, segundo ele, foram cruciais para a sobrevivência e o progresso da denominada “sub-raça”.

Nosso autor traz como primeiro aspecto responsável pela durabilidade da “sub-raça” sertaneja em seu território climaticamente desfavorável, a lei da adaptação. “Assim o homem é aquilo mesmo sobre que se acha, formando, em harmonia e de mistura com tudo quanto o rodeia, uma coisa única, duradoira em sua própria coesão” (MARIZ, p 41). Ou seja, o corpo, organizado por suas micro-estruturas, se adapta ao habitat que lhe é imposto. O sertanejo paraibano, segundo Mariz, por ter em sua composição a influencia maior da “raça ariana portuguesa”, teve cabedal genético suficiente para se adaptar à aspereza do sertão. Para fundamentar tal pensamento, ele traz exemplos comparativos que remetem à teoria da seleção natural das espécies, do cientista Charles Darwin.

Dando prosseguimento, Celso Mariz traz o segundo aspecto natural que, consoante a seu discurso, se fez crucial para a sobrevivência nos sertões paraibanos. Este aspecto seria as brisas refrigeradas que sopram pelo sertão, estas são vistas pelo autor como uma espécie de gentileza gerada pela natureza local de forma consciente, para que o contingente deste espaço desfrute de certo alívio em meio à aspereza do calor escaldante daqueles trópicos, assim ele afirma:

Estas brisas esfriam no chapadão da Borburema, que está seiscentos metros acima do mar, e dahi desabam pelas fraldas da cordilheira ao Poente, amenizando, salutareas, o calor das baixas regiões do Piranhas e seus tributários. É esta bella vantagem, cedida por uma espécie de pseud-consciencia da Natura... (MARIZ, 1910, p.41,42).

Outro fator que se mostrou para Mariz primordial para a conservação da “sub-raça” sertaneja da Paraíba foi o seu regime alimentício, que, segundo o autor, foi “um grande mantenedor permanente da sua enfibratura de aço” (MARIZ, p.42). Com tal pensamento, o autor traz em sua narrativa a fala do filósofo Spencer, onde este diz que as diferenças observadas em animais da mesma espécie não resultam da diversidade de constituições, mas sim da natureza da alimentação que é sujeitada a cada animal. Deste modo, Mariz nos diz que, a diferença dos sertanejos para com os demais povos de outras microrregiões do estado, constituída pela força e a bravura, além das outras qualidades que foram citadas, advêm de seu vasto cardápio natural:

Além do leite, do mel de abelhas, e da rapadura, que é um doce ordinário da mesma assucar, o sertanejo aprecia, saboreia com específica preferência o manjar concentrado, forte e delicioso da carne. É do gado vacum a mais reputada, seguindo-se a do suíno, da ovelha, do caprino, de galináceos e de variadas caças (MARIZ, 1910, p.42).

Além dos aspectos considerados diferenciadores que já foram citados, é de fundamental importância, destacar alguns pontos sobre o comportamento dos povos que se propuseram a habitar as terras áridas do Sertão paraibano. Sobre eles, além das descrições espaciais, físicas e étnicas que Mariz faz, de modo como foram citadas acima, os afirmando como seres fisicamente fortes e preparados para tal habitat, o autor ainda relata o modo peculiar que este povo se apropriou da religião e da política.

A apropriação da religião no espaço sertanejo, de modo como é descrita por Mariz, se assemelha bastante com a definição feita por Sergio Buarque de Holanda no capítulo intitulado de *O Homem Cordial*, onde este diz que o culto religioso de nós brasileiros se engloba numa “religiosidade de superfície”, voltada para o descaso com a verdadeira espiritualidade. Mariz afirma que o sertanejo possui uma religião disforme, repleta de fetichismo, muito longe das verdadeiras intenções do que seria um verdadeiro catolicismo. Segundo o autor, o sertanejo é isso:

Acredita na bondade de Deus, mas pede-lhe que facilite uma vingança; um mal premeditado; confia no voto feito à Maria santíssima para a cura de sua erysipela, mas procura, evitando dúvidas, a ciência do feiticeiro mais próximo, ama o trabalho e a humildade que o senhor nos ensina, mas bate o menor pelo esquecimento de uma vênua e em noites de São João vende ao diabo a pobre alma repleta de pecados (IDEM, p.52).

E na política, o mesmo diz que, durante todo o percurso de nossa história, não se fez mais política em outras instituições do que nas grandes casas, por

poderosos chefes de famílias, onde os interesses particulares sempre sobressaíram os públicos. Tais aspectos acabaram tornando características típicas do universo sertanejo.

O sertanejo gosta carinhosamente da política. Pelas vilas e cidades da zona que estudamos se faz mais política, intensa, entusiástica, extremada, que nos corredores das câmaras e do Senado, ou nos salões dos ministérios. Até nos pequenos povoados sem honras de sede distrital de paz, há dois partidos bem disciplinados, com seus chefes e seus espadachins (IDEM, p. 53).

Ainda sobre o modo de fazer política no sertão, Mariz crítica a famosa política dos coronéis que, como se sabe, passa por cima dos verdadeiros valores que os sertanejos pobres deveriam obter. O autor cobra em sua narrativa, a falta de preocupação dos governantes com a educação dos sertanejos, para que esses pudessem ter o direito de votar, e melhor ainda, tivessem a consciência de seu voto:

Se assina o jornal, tudo bem, se o contrário se dá, ignora o dia das eleições, não conhece o nome de seus governadores e conselheiro municipal, diz ao “cumpadre coronel” que assine por si, numa doce indiferença pela pátria e pelos acenos de uma falsa liberdade. Não protesta contra nada, pois nada conhece (Mariz, p 67).

Outro ponto bastante importante para a descrição da singularidade do ser paraibano, forjado desta vez no espaço interiorano, é sua principal atividade econômica. A pecuária. Nas regiões que foram sendo desbravadas com as primeiras entradas realizadas no interior da Paraíba, passaram a ser desenvolvidas as primeiras atividades pecuaristas, que se tornaram posteriormente a principal característica econômica do Sertão, uma vez que, as atividades prioritárias para o progresso econômico da capitania permaneciam no Litoral, com os engenhos de açúcar. A pecuária se tornou, no entanto, uma atividade secundária, porém, de tamanha importância para a economia e para a formação identitária sertaneja:

Foi em toda essa região que se estabeleceram as fazendas de gado. Os primeiros proprietários, com a grande facilidade da vida colonial, formaram imensos latifúndios, separados por dezenas de léguas. As heranças, as secas e outras circunstâncias vieram subdividi-los em parte ainda consideráveis. Afinal, a profissão local fez de cada novo habitante, novo criador. Raro é o sertanejo que, atingindo a condição indispensável, não seja dono de uma, dez ou cem vacas (MARIZ, p.46,47).

Mariz traz um ponto bastante interessante que segundo ele, também fez o sertanejo paraibano se diferenciar do homem litorâneo. Para ele, os povoadores do sertão, gente prática e vencedora, se escaparam por sorte da luxúria desenfreada que afetava as populações do litoral. Dedicados o tempo todo ao trato do gado, os

sertanejos não tinham tempo de se entregar aos prazeres carnavais. Suas visitas noturnas eram somente a do cansaço. “A prostituição das índias brasileiras e das recém chegadas índias africanas não foi tão intensa, indecorosa e humilhante como entre os agricultores e traficantes funcionários da coroa na civilização mórbida das adjacências do mar “(MARIZ, p38).

No penúltimo capítulo de *Através do sertão*, intitulado de “as secas”, Mariz descreve as tamanhas calamidades que o espaço sertanejo sofre com as inúmeras e longas estiagens. No entanto, apesar de todo sofrimento que esse fenômeno natural causa neste espaço, é interessante salientar que, no discurso de Mariz, o sertanejo visto como “herói” se sobressai ao sofrimento causado pelas calamidades que a natureza local reserva, como se fosse obra de um destino manifesto imposto à denominada sub-raça sertaneja, que com sua força, e bravura, nunca se mostra, segundo as afirmativas do autor, abaladas ou entregue ao sofrimento:

As secas são indescritíveis, sobre este ou aquele ponto visual, na qualidade mortífera de seus efeitos. De fenômeno periódico vão passando de influenciador permanente. Não prevemos bem até que época os povos por elas devastados querem conduzir a sua força de adaptação. A fome e a sede em grau de morte neutralizam-se neste momento diante da resistência orgânica, férrea do heróico sertanejo. Certo, semelhante batalha não romperá aos vagos aléns da história, mas sejam quais forem os resultados tristíssimos, da luta, nas páginas daquela a grande sub-raça vencerá em exemplos de dor o meigo espírito da judaica (MARIZ, p122, 123)

A ocupação do espaço interiorano se deu, porém, pela continuidade do projeto de colonização que se iniciou no Litoral, de acordo com as características geográficas que foram favoráveis a isso. No Sertão, ela tomou rumos diferentes, porém necessários para a adaptação a novas condições naturais que aos poucos foram sendo encontradas. Dando origem assim, a partir das primeiras povoações, a novas culturas, novas atividades econômicas, e principalmente, a um novo ser. O sertanejo paraibano. Aquele que, de acordo com o autor analisado, é “ariano”, bravo, e adaptável a condição que a natureza lhe impôs.

Deste modo singular de se viver, se originou uma sociedade organizada que expressa as características de uma verdadeira “civilização do couro”, como assim denominou Capistrano de Abreu. A partir do processo de desbravamento do sertão paraibano, projeto de continuidade da execução colonial, formou-se perante as veredas deste espaço, uma nova sociedade, sendo marcada dentre outras formas, pela singularidade que o espaço oferecera.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta análise, podemos concluir que, tendo como objetivo de pesquisa a identificação de estratégias retóricas que induzem a emergência de uma identidade paraibana, nos discursos historiográficos do autor sertanejo Celso Mariz, referente à colonização do interior da Paraíba, podemos afirmar que, o fato deste autor está ligado historicamente a um contexto social, onde a historiografia local se encontrava atrelada a uma instituição como o IHGP, que buscava meios para a formação de uma identidade local, influenciada pela necessidade da busca de uma identidade nacional em que o país se encontrava, o autor pré citado, expressa em suas narrativas, formas de escrita que bem atendem ao cânone historiográfico estabelecido naquele período.

Exaltar a especificidade do ser paraibano, de modo a destacar na história do estado, momentos e ações ao qual se tornaram características particulares a um povo, como bem são mostrados por DIAS (1996), puderam ou não, consistir em tarefas atribuídas aos historiadores contemporâneos ao período de busca da identidade local.

Contudo, se de forma intencional ou não, o que podemos afirmar, é que, nas narrativas deste autor, mais especificadamente na obra analisada, são encontrados, uns mais explícitos que outros, recursos retóricos que deixam a imagem de uma ênfase imposta em alguns aspectos que peculiariza o sertanejo paraibano, como sua origem étnica, seu físico, seu espaço geográfico, seus costumes e sua bravura, dentre outros, que viraram características de um determinado povo (o sertanejo paraibano) que permaneceu durante toda a história mostrando sua intrepidez desde as origens, não só em meio aos canaviais e os engenhos de açúcar no Litoral, mas também, na aridez a baixo de um sol escaldante em meio aos currais de gado do interior. Concluindo assim, que a historiografia local se apropriou também das narrativas sobre o espaço sertanejo para continuar com seu projeto de construção identitária.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AQUINO, Viviane de Fátima. **A busca da identidade paraibana na obra de Eudésia Vieira “Terras dos tabajaras”**. 2014.

_____ **Paraibano e sertanejo: elocubrações identitárias na retórica de Celso Mariz na obra “Através do sertão”**. 2015.

BILAC, O. **Últimas conferências e discursos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta da. **Os Sertões (Campanha de Canudos)**. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2009.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine – O IHGP e a produção da história local**. João Pessoa: Almeida gráfica e editora, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**. *Estudos históricos*: Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p. 5 a 27.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: D&P, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **“Raízes do Brasil”**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LANNI, Octávio. **A questão nacional na América Latina**. São Paulo, 1987.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

MARIZ, Celso. **Através do sertão**. Mossoró: Edição da Fundação Vingt-um Rosado, 1999. Coleção Mossoroense, série C.

MONTEIRO, Luíra Freire. **Retórica da alteridade: Portugal e portugueses na historiografia brasileira**. São Paulo: Hedra, 2016.

OLIVEIRA NETO, Manoel Gomes de. **A matutice sertaneja e a paraibanidade do IHGP na obra “O quebra quilo” de Geraldo Irineu Jóffily**. Campina Grande, UEPB. 2015.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil – De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Marinês Cavalcante da. **A identidade paraibana na obra “História da província da Parayba” de Maximiano Lopes Machado**. Campina Grande, UEPB. 2014.

_____ **A identidade sertaneja na obra “História da província da Parayba” de Maximiano Lopes Machado**. Campina Grande, UEPB. 2015.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

WEHLING, Arno. **Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.